



Seminário de Planejamento de Formação Política e Sindical

18 e 19 de outubro de 2022

**Realização: Sindipúblicos - Secretaria de
Formação e Relações Sindicais**

O Brasil em meio ao projeto imperialista de dominação total

Por Helder Gomes, economista e doutor em Política Social

Introdução

A proposta deste texto é chamar a atenção para a necessidade de considerarmos, de fato, as heranças de nosso passado colonial para entender o Brasil na atualidade. Tal perspectiva tem sido fundamental, porque nestas primeiras décadas do século XXI vemos reafirmarem-se mais explicitamente as marcas estruturais de uma forma particular de descolonização. Uma transição que não se completou exatamente porque, desde o início, esteve pautada pela exigência de uma reacomodação permanente, sem grandes rupturas, da condição subalterna das forças sociais internas às mudanças operadas ao longo do tempo na ordem mundial capitalista.

O que isso significa, afinal? De pronto, que a descolonização no Brasil não ocorreu de forma orgânica, a partir da formação de estratos sociais internos capazes de gestar um Estado-nação soberano. Muito ao contrário, as mudanças fundamentais ocorridas durante a transição do Brasil Colônia para a República Federativa resultaram de fortes imposições externas, voltadas para auxiliar na busca de solução para problemas estruturais, que colocavam obstáculos à acumulação capitalista, em nível mundial, a cada momento.

Primeiro, é preciso entender alguns aspectos relevantes sobre o que foi o processo de colonização particular do Brasil. Sabemos que, após o Tratado de Tordesilhas, a realeza portuguesa investiu pesado na anexação de novos territórios no chamado “Novo Mundo” e que a *Terra Brasilis* se tornou uma posição geopolítica estratégica para o Reino de Portugal. No entanto, algumas questões têm sido pouco tratadas para compreender efetivamente aquele grande empreendimento de colonização portuguesa. Por exemplo, qual a origem social das pessoas que vieram comandar a constituição de feitorias no litoral brasileiro e, depois, a organização de colônias agrícolas com base na monocultura de exportação? Por que foi necessário o uso de trabalho escravo no Brasil Colônia ao mesmo tempo em que a ordem mercantilista promovia o trabalho livre na Europa? Por que foi proibida a escravização dos povos nativos na nova colônia, no mesmo momento em que foi estimulado o tráfico de pessoas escravizadas na África, via navios negreiros?

Essas parecem ser perguntas essenciais, cujas respostas podem facilitar a compreensão sobre a constituição dos Estados-nação subalternos, herdeiros do Antigo Sistema Colonial. Em especial, nos ajudam a entender as dificuldades de construção de nações soberanas, a partir da descolonização, na medida em que a organização do capitalismo procurava integrar as ex-colônias a seu processo de industrialização, garantido a manutenção dos laços de subordinação, com base nas relações do desenvolvimento desigual.

Partindo dessa abordagem sobre os elementos fundantes da organização da produção no Brasil, o texto está organizado em mais três momentos. De um lado, procura apresentar as especificidades da produção industrial brasileira, cuja dinâmica só pode ser entendida quando considerada em sua integração subordinada ao processo de industrialização organizado a partir das grandes potências imperialistas. A partir daí o texto se dedica aos meandros políticos na formação do Estado subalterno brasileiro, os limites impostos à soberania nacional e o caráter extremamente autoritário do regime político instaurado, especialmente a partir de 1930, como forma de cumprir as exigências de transferência líquida de riquezas para o exterior. Por fim, são apresentados os principais legados da readequação da economia brasileira a partir do Plano Real, com foco nas políticas de austeridade fiscal e de privatizações de empresas e serviços públicos, procurando mostrar que a explosão do endividamento público e privado resultou numa desnacionalização ainda mais abrupta do parque produtivo brasileiro e, conseqüentemente, na perda dos últimos traços de soberania sobre as decisões de investimento e sobre a política macroeconômica.

A fundação do Brasil na organização do capitalismo mundial

A integração dos mercados em nível mundial foi um dos pressupostos para a emergência da modernidade capitalista. As grandes navegações favorecidas pelo desenvolvimento das novas técnicas navais, na segunda metade do século XV, proporcionaram a expansão colonial da qual o Brasil passou a fazer parte. A ocupação dos novos territórios conquistados a *ferro e fogo* foi favorecida pela presença na Europa de um número significativo de homens aventureiros que, por sua contribuição nas guerras de conquistas promovidas pela realeza absolutista, eram recompensados com títulos de fidalguia, o que lhes dava o direito de portar armas e, em alguns casos, de se apropriar de pequenas glebas, de operar como comerciantes, etc.

Os fidalgos, a quem a realeza portuguesa confiou a colonização das terras brasileiras, trouxeram consigo uma leva de outros aventureiros, muito deles cumprindo penas na metrópole, por crimes cometidos contra a ordem absolutista. Aquele era o momento em que as guerras de conquista se desenvolviam junto a toda sorte de pirataria oceânica, quebra de acordos internacionais, matança, destruição da cultura e escravização de um contingente significativo dos povos nativos. Isso forçava uma preocupação inicial com uma ocupação suficientemente organizada, capaz de garantir a posse das terras conquistadas, uma vez que ela esteve continuamente ameaçada pelos corsários nórdicos, franceses e de outras origens.

As disputas pelos territórios a conquistar e a proteger minimamente estava associada à identificação de seu uso na produção mercantilista. Isso significava que, num segundo momento após a conquista, seria necessário decidir sobre o que produzir e como organizar a produção, atendendo aos interesses de acumulação de quem originalmente financiava o empreendimento colonial e, também, de quem delegava o poder de comando aos fidalgos donatários e aos novos colonos.

A imensidão do território que se estendia do litoral leste até a Linha de Tordesilhas impedia o pleno controle das terras de imediato. As primeiras ocupações ocorreram na forma de feitorias à beira mar, muito distantes umas das outras, mas, essas não eram escolhas internas à colônia, da mesma forma que também não o era a definição sobre a organização da produção.

Com a abundância de terras, sem que existisse um rígido controle sobre sua propriedade, contratar trabalhadores livres implicaria, naquele momento, a possibilidade imediata de migração para o interior. Exemplos sobre essas experiências de colônias de povoamento, em território abundante, como o caso das colônias inglesas no norte da América, demonstram como é facilitada a fuga para o interior, proporcionando a criação de núcleos de produção autônomos, longe do controle da metrópole. Portanto, a produção independente apresentava um risco iminente de retenção de excedentes e a formação de mercados concorrentes na própria colônia, dificultando, ademais, a oferta de força de trabalho livre e barata para a produção organizada a partir das feitorias instaladas no litoral. A solução, portanto, seria a escravização de nativos para a extração e o embarque do pau-brasil.

No entanto, não havia disponível um estoque natural de escravos para uso direto na empreitada da colonização. Foi exigido, assim, todo um processo de escravização de nativos, o qual envolvia a penetração na floresta, muitas vezes o embate sangrento, a captura e o traslado do interior até as feitorias. As pessoas que se dispunham à atividade bruta de escravizar a faziam motivadas pela apropriação de lucros vultuosos e, aos poucos, se potencializavam para financiar outras atividades na colônia, podendo se tornar, assim, concorrentes do capital mercantil sediado na metrópole.

Ficava cada vez mais nítida, portanto, a necessidade de quebrar essa oportunidade de acumulação no interior da colônia sob o risco de rompimento com o modelo do exclusivo metropolitano. Por isso, mesmo con-

siderando as dificuldades de se conseguir um contingente de nativos suficiente para a produção agrícola e, depois, mineral, em larga escala, a explicação sobre a proibição da captura e da venda de escravizados, como um negócio operado na própria colônia, deve ser buscada nas próprias exigências do sistema mercantilista, pois, o objetivo desde o início foi o de promover a acumulação primitiva como exclusividade da metrópole. O caminho seria, então, procurar no exterior a oferta de pessoas escravizadas, criando rotas triangulares de comercialização transoceânica. Com isso, se consolidaria o regime de acumulação baseado no exclusivo metropolitano: monopólio dos navios portugueses no transporte triangular ultramarino, envolvendo produtos coloniais destinados à Europa, mercadorias europeias transportadas para a África e para o Brasil e o controle dos navios negreiros que traziam pessoas negras, capturadas e feitas escravas, da África para a colônia maior. Além disso, ficaria proibida a fabricação na colônia de produtos manufaturados e, também, a comercialização de mercadorias produzidas no Brasil com outras colônias americanas que não estivesse sob o controle da metrópole.

Esse modelo básico foi sendo alterado na medida em que avançavam as várias fases da revolução industrial, especialmente, na Europa. Dois momentos são fundamentais, para o entendimento sobre como a pressão externa acabou suspendendo as relações coloniais do Brasil com Portugal. De um lado, ocorreu a fuga da família real para o Brasil, sob ameaças da invasão do território português pelos exércitos franceses comandados por Napoleão Bonaparte. De outro lado, a intensificação das inovações tecnológicas na produção fabril europeia geravam ganhos de produtividade do trabalho assalariado, que não podiam ser integralmente apropriados pelo grande capital, devido aos preços relativamente elevados da produção de insumos industriais e de alimentos em regiões, como o Brasil, que resistiam à abolição da escravatura. Vejamos esses dois movimentos mais de perto!

Mesmo com as ameaças napoleônicas, Portugal não conseguia suspender suas relações com a Grã Bretanha e atender ao bloqueio continental aos produtos ingleses que procurava impor o imperador francês. Assim, as tropas da França marcharam em direção ao território português e a família real resolveu fugir para o Brasil. A chegada da corte resultou inicialmente no fim do exclusivo metropolitano, a partir da abertura dos portos brasileiros para a operação de navios das nações amigas (favorecendo especialmente a Inglaterra). Ademais, ocorreram naquele momento várias alterações institucionais, como a criação da primeira escola de medicina em Salvador, a fundação do Banco do Brasil, bem como a promoção de várias oportunidades de expansão das atividades comerciais e dos serviços urbanos, especialmente no Rio de Janeiro, cuja população cresceu em torno de 50% após a instalação da corte portuguesa na cidade.

Mais tarde, a realza portuguesa avançou na formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, consolidando o rompimento das principais relações coloniais entre Brasil e Portugal, iniciada com a quebra do exclusivo metropolitano. Dessa forma, por mais que devemos considerar os conflitos entre as elites brasileiras herdeiras da fidalguia colonial e os interesses metropolitanos, manifestos em várias revoltas e inconfiências, o rompimento definitivo dos laços coloniais ocorreu após um movimento externo à colônia, que impôs a quebra do exclusivo metropolitano e a conversão do Rio de Janeiro como a sede da corte sob o comando da realza portuguesa.

Dessa forma, vários membros das elites regionais foram indicados a representar os interesses do Brasil no parlamento sediado em Lisboa após as revoltas contra o poder absolutista reinante. Interessante notar, também, que a necessidade de financiar os gastos suntuosos e os novos investimentos comandados pela corte no Brasil resultaram, inclusive, na venda de títulos de nobreza a vários membros das elites brasileiras, iniciando, assim, a formação do baronato do café e a multiplicação de outras instâncias nobiliárias no Brasil. No entanto, tais mudanças nas relações de poder não chegaram a constituir em condições sociais internas para a formulação de um plano nacional efetivamente autônomo. Exemplo disso era o comportamento dos parlamentares brasileiros em Lisboa, os quais, na maioria da vezes, estiveram lá em busca de atender aos interesses organizados em suas regiões específicas, com posições isoladas, afastados, portanto, de um projeto de nação mais arrojado.

A independência formal de Portugal, em 1822, surgiria, assim, como uma nova readequação das forças so-

ciais internas sob o comando do poder moderador exercido pela família imperial portuguesa. Muitas divergências entre os interesses das elites provinciais, na era do Brasil Império, reproduziam as dificuldades de unificação em torno de um projeto de nação, até por que algumas lideranças defendiam a manutenção dos laços tradicionais com Portugal. O regime político autoritário da Constituição de 1824, com a instituição do poder moderador do monarca, acirrava ainda mais os conflitos internos, especialmente por contrariar muitos dos interesses organizados nas grandes províncias do Nordeste, cujas elites não concordavam com o que interpretavam como privilégios destinados ao Sudeste do país.

Ao mesmo tempo, o pacto monarquista interno, envolvendo a manutenção da escravidão, passou a ser bombardeado pelas potências mais avançadas industrialmente, em particular pela Inglaterra. A manutenção do trabalho compulsório, no Brasil e em outras regiões como o Sul dos Estados Unidos, era vista como entrave ao desenvolvimento da expansão capitalista em nível mundial, na mesma medida em que avançava a substituição da manufatura pela maquinaria.

As relações compulsórias de trabalho, que se mantinham na produção colonial, acabavam gerando mercados com preços relativamente mais elevados do que aqueles cobrados pelos produtos industriais europeus, devido aos diferenciais de produtividade. Esta foi a base a partir da qual se estabeleceu a pressão, especialmente da Inglaterra, para forçar uma transição, com o objetivo de industrializar a produção de insumos industriais e de alimentos destinados aos grandes centros europeus. O grande capital procurava, com isso, desbloquear a apropriação dos ganhos de produtividade obtidos com a introdução da maquinaria na Europa. A pressão inglesa resultou na promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, a qual estabelecia a repressão ao tráfico negreiro para o Brasil. Iniciavam-se, assim, as iniciativas para uma gradativa transição para o trabalho livre no Brasil, num nítido processo de enfraquecimento do poder imperial, até então assentado na manutenção da escravidão.

Por isso não podemos derivar imediatamente a formação do Brasil das experiências clássicas de evolução do capitalismo na Europa. As relações tipicamente capitalistas de produção nasceram por aqui de modo bastante distinta e, de forma inorgânica, estiveram sempre atreladas à busca de soluções para os entraves colocados, a cada momento, para a acumulação de capital nas grandes potências capitalistas em processo de consolidação.

A organização mundial do capital

Quando observamos o movimento do capital em geral, podemos perceber melhor as raízes dessas distinções provocadas pelo *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo, em nível mundial. Para isso, precisamos recuperar o que significa, de fato, o comando autônomo sobre a produção industrial e como que, historicamente, se constituiu uma rígida hierarquia de domínio e subordinação entre as diversas nações do globo. O processo de industrialização deve ser entendido como um controle da fabricação de meios de subsistência e de produtos duráveis voltados para o consumo humano, integrado ao comando da produção industrial de matérias primas, máquinas e equipamentos. Sendo assim, o processo histórico de industrialização, resultou do comando centralizado da integração internacional dos parques industriais de meios de consumo e de meios de produção. Garantir a participação de ex-colônias como o Brasil na produção industrial organizada em nível mundial significou, portanto, o respeito ao monopólio da produção, das inovações tecnológicas e das linhas de financiamento, ou seja, ao poder exercido pelo grande capital organizado a partir das grandes potências imperialistas.

Assim, a partir do capital sediado na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, foi criado um rigoroso monitoramento dos investimentos que seriam realizados em países como o Brasil. Com isso, foi possível garantir o

comando hierarquizado da produção industrial, em todo o mundo, integrando a maior parte dos países, mas, ao mesmo tempo, restringindo o acesso das novas nações (ex-colônias) a apenas alguns elos das cadeias produtivas espalhadas mundialmente, especialmente aqueles vinculados à fabricação de produtos primários e semielaborados. Tal controle passou a ser exercido a partir da formação de grandes carteis e trustes, mas, também, por meio da subordinação política e militar das nações emergentes ao poder das grandes potências. Observando a história, é possível perceber que, no final do século XIX, enquanto no hemisfério norte as inovações tecnológicas do aço, da eletricidade e dos motores à combustão substituíam a era da máquina a vapor, o Brasil ainda mantinha os resquícios de seu passado colonial, tendo grandes dificuldades de transitar do trabalho escravo para a modernização industrial.

Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão as novas tecnologias promoviam a separação entre o trabalho manual do trabalho intelectual. As inovações tecnológicas deixavam o chão da fábrica e se tornavam exclusividade das equipes profissionais de engenheiros, químicos, administradores, contratados pelo grande capital. Com isso, o segredo industrial se tornou uma grande arma da concorrência em nível internacional. Além disso, a produção, o comércio e o sistema de crédito, passaram a ser organizados a partir do capital por ações, proporcionado aos proprietários efetivos, de grandes conglomerados, contratar executivos empresariais para cuidar da gestão. Assim, o controle acionário de uma grande empresa, permitia o comando sobre diversas filiais, espalhadas pelo mundo, passando a operar em mercados diferenciados e associada a pequenos proprietários e a empresas estais de diversos países, criando uma nova hierarquia de domínio e de subordinações, deixando cada vez mais explícita a separação entre a propriedade e a gestão do capital.

Dessa forma, passaram a coexistir nos mercados cada vez mais internacionalizados um estágio bastante avançado de evolução capitalista, como prerrogativa das grandes potências imperialistas, ao lado de nações emergentes, de passado estruturado na obediência ao *exclusivo metropolitano*, onde as novas relações mercantis mescla uma restringida expansão da produção industrial com formas ainda bastante arcaicas e violentas de acumulação de capital.

Com isso, ficam mais explícitas as marcas estruturais da integração do Brasil à ordem imperialista. A notória especialização produtiva, mesmo que em bases industriais, se volta a atender a uma parcela da demanda mundializada por novas matérias primas, denotando que a todo aquele o processo inorgânico de independência política formal correspondeu grandes obstáculos à constituição da soberania nacional em sua plenitude.

É a partir dessas considerações que podemos entender a formação de um Estado subalterno no Brasil. Sem a presença de estratos sociais fortes e autônomos, constituídos organicamente, restou às forças sociais residentes no Brasil a submissão à dominação política burguesa centralizada nas grandes potências imperialistas.

O Estado nacional subalterno

Garantir a extração industrial de excedentes e sua contínua transferência para as grandes potências exigiu a constituição de um regime político no Brasil rigidamente autoritário. De um lado, se boa parte da riqueza produzida internamente deve ser orientada para o exterior, as parcelas do excedente retidas internamente são disputadas pelas elites residentes por meio de mecanismos de mercado, mas, também a ferro e fogo. Da mesma forma, atrair investimentos externos para a produção voltada à exportação, em condições precárias de competitividade internacional, requer garantir compensações a partir de um rigoroso regime de exploração da força de trabalho empregada internamente. Eis, portanto, duas exigências fundamentais para a manutenção de relações políticas autoritárias e capazes de mesclar a modernização das normas jurídicas com toda sorte de informalidade nas relações público-privadas. Com isso, as heranças do antigo exclusivo metropolitano ainda persistem expressas nas favelas, para onde foram submetidos os contingentes antes escravizados, mas, também nas principais avenidas dos grandes centros urbanos, onde são decididas transações do submundo do tráfico empresarial. Vejamos alguns outros traços da intervenção pública no Brasil!

A descolonização inorgânica precisou preservar a estrutura fundiária concentradora de terras. Esta foi a forma de impedir o acesso das camadas populares aos meios de produzir diretamente as condições de sua própria existência, a fim de gerar um exército industrial de reserva, cuja magnitude deveria corresponder à necessidade de manter formas violentas de acumulação como norma. Daí todas as dificuldades de realizar uma ampla reforma agrária, apesar dos discursos e promessas de seus governantes.

A marca da inorganicidade não foi superada com a produção industrial pesada. A ausência de uma burguesia capaz de realizar grandes investimentos forçou o Estado a assumir toda a construção infra estrutural e a operar com forte investimento empresarial direto, em associação com o capital estrangeiro, para que fosse possível romper com alguns obstáculos à diversificação industrial, mesmo que bastante restringida à mineração, à siderurgia, à energia, aos transportes, às telecomunicações etc. Somente assim foram proporcionados os primeiros movimentos de integração industrial, sob controle externo na transferência de tecnologia e nas formas de financiamento, criando um regime de especialização produtiva, a partir do beneficiamento de produtos primários voltados para a exportação.

O Estado subalterno surge, assim, com as funções de cumprir os rigores da acumulação dependente, garantindo jurídica, política e ideologicamente o que mais importa para o grande capital: a transferência de riquezas para o exterior. Para isso, foi preciso mesclar formas inovadoras de desenvolvimento com instrumentos arcaicos de expropriação, sem grandes rupturas institucionais, acomodando interesses difusos que envolvem a brutalidade agrofundiária com precários exemplos de urbanidade sem, contudo, dotar o Estado de condições para ampliar as perspectivas de impessoalidade, publicidade, maior participação e controle social sobre as decisões de fundo.

Por isso, ocorreram alguns momentos de arrefecimento do regime de força. Mas, o autoritarismo tem sido a marca registrada desde sempre no Brasil, como expressivo elemento de distinção das possibilidades de exercício de poder. Exemplo marcante disso, ocorreu no imediato pós-guerra, quando ampliaram as oportunidades de diversificação do parque produtivo nacional, com a instalação de alguns elos das cadeias produtivas de meios de consumo duráveis, como a montagem de automóveis e a as novas linhas de eletrodomésticos.

Essas novas oportunidades de diversificação produtiva exigia um salto na requalificação para o trabalho e ampliava as vagas de emprego com salários mais elevados. No entanto, enquanto na Europa o movimento de reconstrução ampliava os espaços de participação política das classes trabalhadoras, a partir das concessões empresariais em aderir a um novo regime de tributação e de relações de trabalho propiciando, inclusive, a ampliação das políticas sociais pelo Welfare State, aqui no Brasil, ocorreu exatamente o contrário.

O esforço de adequação à nova ordem internacional proporcionou alguns anos de afrouxamento do regime autoritário. Porém, na medida em que se ampliavam as mobilizações populares por maior abertura política, acompanhada por maior participação no volume de riqueza produzida no país, explicitaram-se as restrições democráticas num país como o Brasil e a resposta veio com o golpe militar de 1964.

A partir dali reproduziram-se 21 anos de força bruta do Estado, com forte repressão, cassação de direitos políticos, exílio, tortura e assassinato de forças contestadoras. Esse foi o esforço para integrar o Brasil na nova rota de alinhamento internacional sob o comando dos Estados Unidos. Mas, a ordem internacional logo entraria novamente em grave crise e os militares no poder tiveram que passar por grandes provações.

No início da ditadura militar no Brasil, os Estados Unidos passaram a operar alianças e acordos a fim de reverterem as ameaças ao seu projeto de dominação total. Um acordo continental com governantes da América Latina, chamado Aliança para o Progresso, compreendia desde a transferência de tecnologia para os parques produtivos até o financiamento da construção de equipamentos públicos de educação básica e desenvolvimento científico e tecnológico. Depois, no final dos anos 1960, novas oportunidades surgiriam com a crise econômica mundial, a qual impulsionava o redirecionamento de alguns investimentos para a América Latina. Mas, nem tudo eram flores, como se vê adiante.

Na virada para os anos 1970, a economia brasileira foi capturada pela armadilha especulativa (CRUZ, 1984) imposta pela grave crise econômica internacional que se intensificava. O capitalismo mundial experimentava uma queda abrupta nas taxas de crescimento econômico e a economia brasileira se apresentava como alternativa para investimentos e para a acumulação especulativa, a qual passava a dominar as demais formas funcionais do capital em escala planetária. Com isso, as taxas de crescimento anual média no Brasil girava em torno de 11%, entre 1967 e 1973, com base na expansão da indústria de meios de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, entre outros), demandando a importação de máquinas, equipamentos e uma variedade de insumos básicos.

O argumento dos governos militares da época era a necessidade de captação de poupança externa. Então, adotaram medidas para motivar empresas privadas instaladas no Brasil a tomar empréstimos em dólares, a taxas de juros pós-fixadas, com o propósito de formar um volume de reservas cambiais, razoavelmente suficiente, para garantir um mínimo de credibilidade aos empréstimos e para financiar as importações requeridas em caso de alguma dificuldade no fechamento das contas externas. É possível observar, portanto, que o crescimento da dívida externa passava a atender aos interesses especulativos sediados nas grandes potências imperialistas ante a crise.

Isso ficaria mais explícito na medida em que o surto de investimentos diretos estrangeiros foi diminuindo a partir de 1972. O aprofundamento da recessão mundial e a pressão inflacionária, motivada pelo primeiro choque do petróleo (1973), sinalizava os momentos de tensão que estavam por vir, com a redução drástica dos fluxos de crédito e do comércio internacionais, combinada com a elevação das taxas básicas de juros e dos spreads. No entanto, os militares no governo precisavam manter o clima de estabilidade que garantiria sua precária legitimação política e, em 1974, lançaram o último Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Assumiam, assim, a iniciativa de pesados investimentos estatais, procurando mostrar que o Brasil seria uma ilha de tranquilidade em mar revolto, elevando o tom no mito do Brasil-potência.

Não tardou para aquela euforia perder força e logo a realidade se revelaria em sua face mais cruel. No início dos anos 1980, a economia brasileira amargou uma grande estagnação econômica, num momento em que as taxas de juros internacionais explodiam, exigindo a transferência de grande volume de dólares para o exterior, para a rolagem da dívida externa.

O Brasil não estava isolado naquela situação. A baixa capacidade em honrar com os compromissos externos alcançava vários dos países devedores, instabilizando o sistema de crédito internacional. A busca por superação dos entraves ao processo de acumulação resultou no receituário neoliberal, contando especialmente com a intensificação das privatizações de empresas e dos cortes de serviços sob o controle governamental. Finda a série dos governos militares no Brasil, a gestão do endividamento público e a busca pelo controle da inflação passavam a tomar conta da agenda oficial. No início de 1986 foram anunciadas as primeiras medidas do Plano Cruzado, a partir do congelamento dos preços de produtos e dos salários. Mas, passadas as eleições daquele ano, os controles foram afrouxados e os índices inflacionários logo voltaram a crescer, forçando a adoção de várias outras medidas de combate à inflação sob a tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O maior problema, no entanto, ficava escondido sob os vários planos focados na estabilização monetária. O aumento da dívida pública pressionava o controle dos gastos, em busca de superávit primário suficiente para as negociações com credores que, normalmente, resultavam na rolagem dos juros e das amortizações parciais, reproduzindo a armadilha do endividamento em escala ampliada. Com isso, ficava cada vez mais difícil postergar uma moratória técnica, o que acabou ocorrendo no final do primeiro governo civil após a ditadura militar.

Com o alastramento dos entraves fiscais provocados pelo endividamento crônico na maioria dos países, nova readequação foi exigida, a partir da difusão do Plano Brady, que organizaria a securitização dos títulos do endividamento, criando uma folga aparente. No entanto, a alteração no perfil da dívida não conseguiu assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos pelas economias devedoras. Assim o governo es-

tadunidense e os organismos multilaterais de financiamento resolveram conceber novos modelos de estabilização monetária, com um viés ainda mais arrojado: o atrelamento das moedas dos países devedores ao dólar; maior abertura comercial; desregulação dos fluxos e influxos de capitais; bem como a privatização de empresas e serviços públicos.

Esse conjunto de recomendações ficou conhecido como o Consenso de Washington. O modelo proposto estava centrado em intervenções para evitar oscilações nas taxas de câmbio, por meio da manutenção de um volume satisfatório de reservas cambiais, a ser usada sempre que houvesse uma demanda maior por dólares internamente. Com isso, a cada aumento da demanda o banco central de cada país poderia ofertar um volume adicional de dólares, mantendo a paridade projetada.

No Brasil, os índices de inflação giravam em torno de 40%, ao mês, no início de 1994. O governo federal criou uma Unidade de Referência de Valor (URV), fixando regras de conversão compulsória para os salários e vencimentos, por média mensal do poder de compra apurado num período anterior, dependendo da data-base anual de cada categoria laboral, deixando livre a conversão dos demais preços entre os meses de março a junho daquele ano. Dessa maneira, o controle da inflação não passaria por nenhuma forma de congelamento de preços, muito ao contrário. A livre conversão de preços para a moeda indexada (a URV) significava, na prática, a promoção de uma hiperinflação na moeda antiga, o cruzeiro real. De acordo com esses critérios diferenciados de conversão de preços e salários, o chamado imposto inflacionário acabou sendo incorporado definitivamente à remuneração das classes trabalhadoras.

Em primeiro de julho de 1994, entrou em vigor o real como novo padrão monetário, substituindo a URV e mantendo uma paridade flexível em relação ao dólar. Com isso, a economia brasileira aderiu aos instrumentos preconizados no Consenso de Washington, conseguindo reduzir drasticamente os índices inflacionários. No entanto, manter a paridade 1:1 entre o real e o dólar requeria a atração de dólares para a formação de reservas cambiais, a âncora fundamental, ao mesmo tempo que o controle da inflação dependia de alguma capacidade de financiar o aumento das importações, fomentadas pela política de contenção dos preços internos via abertura comercial, outra âncora do modelo.

As dificuldades em gerar superávits comerciais e de atrair investimentos diretos estrangeiros em volume suficiente levaria ao esquema tradicional da elevação do endividamento externo. A partir do Plano Real, a manutenção de altas taxas de juros internamente, ao contrário do discurso oficial sobre sua necessidade no controle da inflação, efetivamente, mantinha o diferencial em relação às taxas cobradas internacionalmente nos empréstimos em dólares. Essa diferença de taxas de juros servia para estimular as empresas aqui instaladas (nacionais e estrangeiras) a tomar empréstimos externos para emprestar ao Banco Central do Brasil, que passou a operar com as taxas de juros mais elevadas do mundo. Esse é um dos mecanismos primários de conversão de dívida externa em dívida interna.

Dentro do modelo, as privatizações de empresas e serviços públicos seriam intensificadas a partir dali sob o argumento de financiar os encargos com a dívida pública. Entretanto, com a elevação dos níveis de endividamento, mesmo com a alienação do patrimônio de empresas do setor energético, da então mineradora Cia. Vale do Rio Doce e das empresas de telecomunicações, ficava cada vez mais evidente que a política de privatizações não obtinha os resultados divulgados como justificativa.

O crescimento da vulnerabilidade externa logo se revelaria e, passado o período eleitoral de 1998, garantida a reeleição, o governo cedeu à flexibilização da paridade cambial e, a partir de janeiro de 1999, a política econômica tomaria outros rumos. Instalaram o sistema de câmbio flutuante, dentro das orientações do novo acordo com o FMI, formando a nova lógica do tripé macroeconômico, combinando a política cambial com uma mais agressiva austeridade fiscal, estabelecendo metas para a inflação e para a geração de patamares mínimos de superávit primário.

A partir daquele momento estavam fundadas as bases para as primeiras duas décadas do novo século. A política macroeconômica estaria vinculada desde então pela flexibilização na legislação trabalhista, pela

desregulação da proteção ambiental e das comunidades tradicionais, por maior regressividade e permissividade na política tributária, bem como pela elevação das linhas de financiamento ao grande capital pelos bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, Banco do Nordeste, entre outras agências federais e estaduais).

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/2000) ficaria mais nítida a prioridade na gestão da dívida pública. O controle dos gastos públicos ganhava um rigor maior nas três esferas de governo, impondo inclusive a privatização de bancos e empresas estaduais e municipais, bem como a terceirização de várias modalidades de serviços essenciais prestados por autarquias e, também, pelas administrações diretas regionais e locais.

Os efeitos da nova abordagem resultaram em vários conflitos trabalhistas, mas, aos poucos, uma ampla reforma na proteção social e na regulação dos contratos de trabalho foi se realizando. Os regimes de aposentadoria sofreram grandes alterações, ficando cada vez mais nítida a tendência em privilegiar os regimes de capitalização, incentivando a adesão à previdência complementar comandada por grandes bancos em nível internacional. Assim, gradativamente, a nova política de foi sendo legitimada pela difusão do discurso da inexorabilidade de maior ajuste nas contas públicas e da flexibilidade na regulação dos contratos de trabalho, como condição para a atração de investimentos estrangeiros. Uma acomodação de interesses, em favor do capital em crise, que passou a revelar a trajetória da seleção de prioridades em busca de legitimação.

Ao mesmo tempo, toda prioridade foi dada à chamada desoneração tributária do grande capital em relação ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Enquanto nos anos 1990, o discurso de que o Brasil não poderia exportar impostos motivava a legitimação da imunidade tributária das empresas exportadoras, durante as primeiras duas décadas do século XXI se generalizou a cantilena do custo Brasil, como base para a intensificação de alguns artifícios permissivos. Além de considerar como juros sobre o capital próprio a distribuição dos resultados das empresas, passaram a isentar a transferência para o exterior de lucros e dividendos auferidos internamente por empresas estrangeiras, incluindo na isenção os saldos derivados de aplicações especulativas.

A reprodução desse modelo de isenções se agravou a cada mandato governamental nas últimas décadas. O caráter regressivo da estrutura tributária brasileira se aprofundou, elevando o peso relativo dos impostos indiretos, ao mesmo tempo em que não foram efetuados os devidos ajustes monetários nas faixas de isenção dos impostos diretos sobre os salários. Além disso, os governantes ampliaram o leque de desonerações das obrigações patronais, especialmente aquelas vinculadas à folha de pagamentos do pessoal empregado. Resultou desses esforços uma nova onda de especialização do parque produtivo nacional. A aposta na criação de novos corredores de exportação se voltou para a atração de investimentos na produção de insumos primários, brutos e semielaborados, identificados como aqueles em que o Brasil obtinha vantagens no projeto de sua reinserção competitiva em nível internacional. Todo esforço passou a ser alocado pelas agências de financiamento na formação das chamadas campeãs nacionais.

A ampliação do parque produtivo de minérios (metálicos e energéticos), da siderurgia, de alimentos (soja, carnes, frutas etc.), de celulose e de agrocombustíveis significava superar diversas barreiras ecológicas e, também, culturais. Boa parte da fronteira territorial de expansão estava anteriormente protegida como áreas de preservação da biodiversidade e dos costumes dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros). Os embates diretos que se avolumaram a partir dali, em torno do avanço da produção extrativa, energética, siderúrgica e agroindustrial na Amazônia e no Cerrado, por exemplo, passaram a constituir os principais registros do quanto os grupos de interesse dominantes internamente, subalternos aos interesses imperialistas, estavam dispostos a recuperar formas ainda mais violentas de acumulação de capital no país. Com isso, o Estado subalterno brasileiro passaria a recuperar traços originais de sua tradição, aparentemente superados, mas, agora, não apenas interferindo na promoção da violência e, sim, se afastando seletivamente da regulação dos antagonismos, retirando alguns dos instrumentos fundamentais de proteção dos interesses dos povos diretamente atingidos pela nova expansão das fronteiras de destruição ecológica e cultural.

O legado

As contas externas do Brasil parecem ilustrar bem o que ocorreu nessas duas primeiras décadas do século XXI. Num primeiro momento houve até uma condição favorável, mas, logo depois de meados da primeira década, os saldos na Balança Comercial deixaram de compensar os contínuos déficits na Balança de Serviços e na Balança de Rendas, como mostra o Gráfico 1.

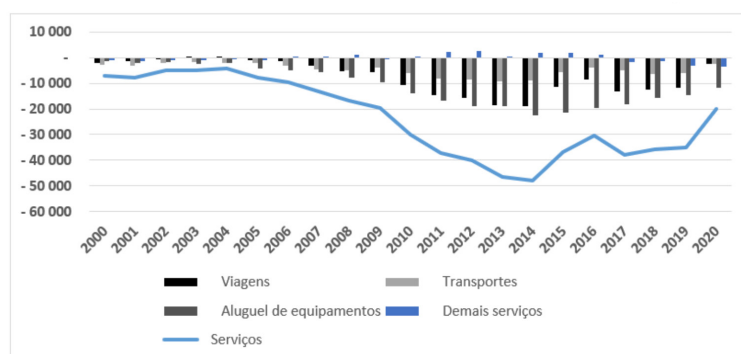


Gráfico 1 – Saldo na Conta de Transações Correntes – Brasil (Em US\$ milhões)

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

A partir dali, mesmo com saldos comerciais favoráveis, as Contas Correntes revelaram ainda mais as consequências da desnacionalização e da (re)especialização do parque produtivo brasileiro. A inversão da pauta de exportação é ilustrada, ao se observar que, no início do século XXI, os produtos básicos não ultrapassavam 23% do total das vendas ao exterior, mas, em 2019, aproximadamente 52,8% do total das mercadorias exportadas pela economia brasileira se referiam a essas commodities sem grande processamento industrial.

Por sua vez, a Balança de Serviços manteve déficits em elevado patamar durante o período, também, como resultado da especialização produtiva interna. Aumentou em muito a dependência externa na contratação de serviços de aluguéis de equipamentos e de computação e informação, além de manter substanciais saldos negativos com viagens ao exterior, nas duas primeiras décadas analisadas. A situação só foi arrefecida, a partir de 2015, com a queda na atividade econômica, em geral, sem, contudo, resolver o estrangulamento externo definitivamente.

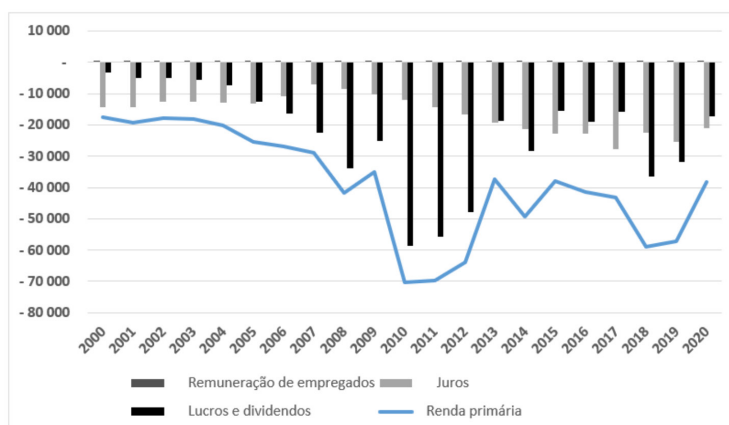


Gráfico 2 – Saldo na Conta de Serviços – Brasil (Em US\$ milhões)

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

O Gráfico 3 ilustra os perversos resultados na conta de Rendas do processo de desnacionalização do parque produtivo. Com as privatizações e com a promoção de fusões e aquisições de grandes empresas, elevaram-se as remessas de lucros e dividendos ao exterior, especialmente a partir de 2004. O mesmo gráfico também demonstra a pressão provocada pela remessa de dólares na forma de juros.

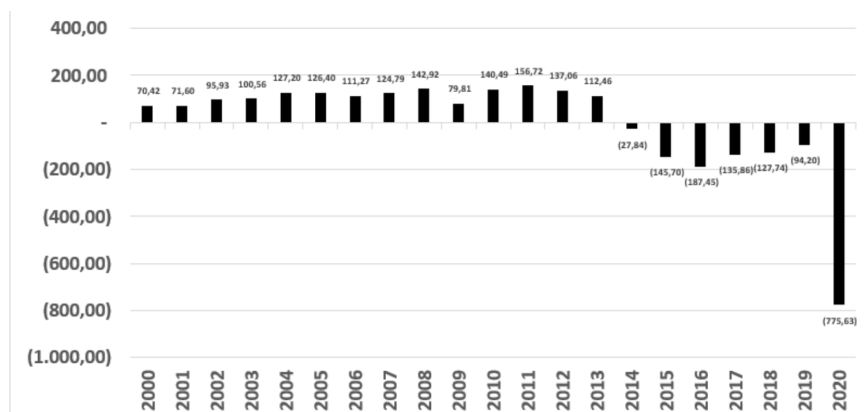


Gráfico 3 – Saldo na Conta de Rendas – (Brasil Em US\$ milhões)

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

A desnacionalização do parque produtivo não significa apenas a transferência do patrimônio empresarial, público e privado, para o grande capital sediado nas grandes potências imperialistas. A alienação patrimonial significa, também, a transferência para o exterior dos centros de decisão sobre a quantidade e a qualidade dos novos investimentos, deteriorando ainda mais a capacidade de planejamento soberano sobre o futuro da produção de riquezas no país.

A necessidade de dólares para financiar os contínuos déficits na Conta Corrente do Balanço de Pagamentos nacional pressiona ainda mais o crescimento do endividamento público e privado. Assim, os modelos implantados desde o Plano Real resultaram num estoque de dívida externa total em torno de US\$ 620 bilhões, até meados 2020, o que significa um crescimento de 170%, em relação ao volume acumulado de dívida até 2001: cerca de US\$ 228 bilhões.

Com as atuais condições de fragilidade externas, cresce o temor de a economia brasileira não conseguir cumprir com os compromissos com o exterior. Diante de tal ameaça, as agências internacionais de classificação de risco acabam exigindo que o Banco Central do Brasil mantenha um grande volume de reservas cambiais, cujo montante alcançava cerca de US\$ 356 bilhões, no início de 2021. Entretanto, como não há superávit nas Contas Correntes do Balanço de Pagamentos, essas reservas internacionais são mantidas com maior dívida externa, o que mantém a ameaça de moratória técnica. Adiciona-se a isso, o fato de que os fluxos de dólares de curto prazo totalizam um passivo externo médio de aproximadamente US\$ 1,5 trilhão, no período recente, muito além do volume de reservas cambiais, o que complica ainda mais o risco de um estrangulamento.

Como visto anteriormente, a manutenção de um diferencial das taxas de juros internas em relação àquelas praticadas no sistema internacional de crédito resulta na contínua conversão de dívida externa privada em dívida pública interna. Além disso, como não consegue cumprir com os compromissos de amortização periódica e, nem sequer, pagar a totalidade dos juros devidos, a dívida pública interna acaba se reproduzindo em escala ampliada, ganhando uma dinâmica de gestão que subordina todas as demais decisões macroeco-

nômicas. A perda de soberania nacional também pode ser observada em uma forma draconiana de gestão da dívida interna: as chamadas operações compromissadas do Banco Central do Brasil. Tratam-se de venda de títulos públicos, pelo Banco Central, com o compromisso de recompra no dia seguinte a cada operação, como forma de remunerar os saldos diários de depósitos à vista dos grandes bancos.

Essa dinâmica reprodutiva da dívida pública interna elevou o volume total de títulos emitidos pelo governo federal de R\$ 4,99 bilhões, no final de 1993, para em torno de R\$ 56 bilhões, em julho de 1994, mês de conversão da antiga moeda para o real. Dalí em diante a dívida interna bruta explodiu, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Referência	Títulos da Dívida Interna (em R\$ bilhões)
Dez/1994	65,00
Dez/2002	848,57
Dez/2009	1.947,76
Dez/2018	5.265,82
Dez/2020	6.483,30

Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

A repercussão da dinâmica própria do endividamento interno sobre a gestão fiscal do governo federal pode ser vista no Gráfico 4. Mesmo perseguindo anos a fio a geração de superávit primário, a partir de 2013 o orçamento federal passou a operar com déficit em patamares elevados, o que deixou a administração central totalmente vulnerável.

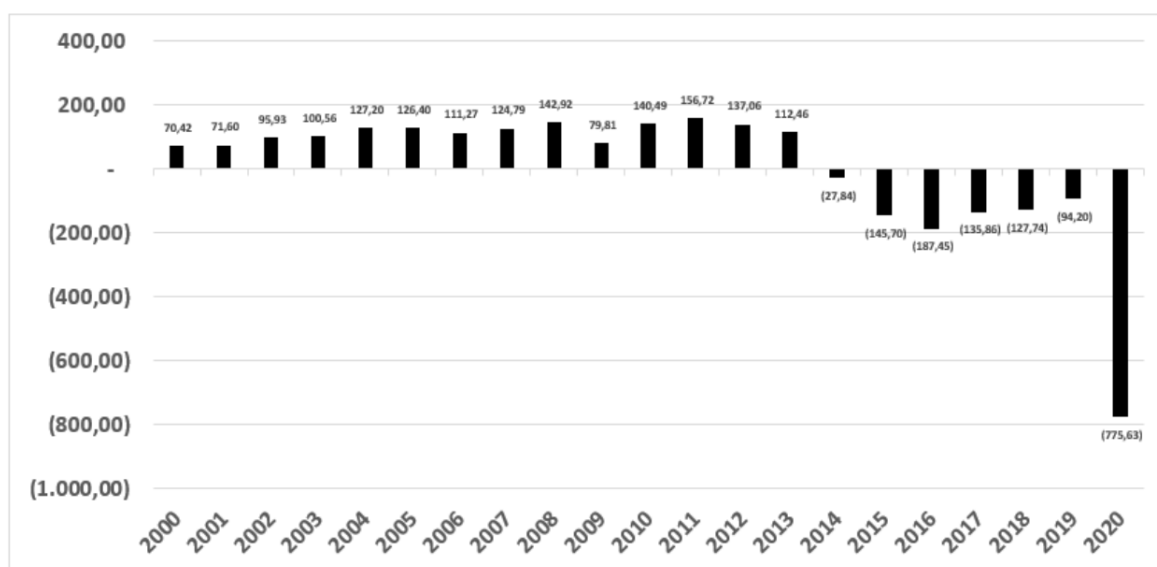


Gráfico 4 – Evolução do Superávit Fiscal no Brasil (em R\$ milhões) – 2000-2020

Fonte: BRASIL (2021). Preços de jan. 2021. IPCA. Elaboração Própria.

Como se vê, em 2020, ficou ainda mais evidente a total perda de controle sobre a política macroeconômica. A incapacidade de financiamento de políticas de intervenção ante a Pandemia Covid-19, levou a suspensão de vários serviços de saúde e da assistência social, causando, inclusive, dificuldades em manter os auxílios emergenciais às famílias mais pobres, uma vez que o déficit primário do governo central, naquele ano, alcançou R\$ 776 bilhões, uma demonstração nítida da falência dos modelos montados desde o Plano Real.

Últimas considerações

Parece ficar cada vez mais nítido que, muito ao contrário de um estado de exceção, a virada para a terceira década do novo século, no Brasil, explicita-se como um estágio de exasperação de sua histórica integração subalterna na hierarquia imperialista. A situação revela um desespero marcante da era de acirramento absoluto das contradições do capital em geral, mas, que assume neste pedaço do mundo um traço ainda mais trágico, na medida em que a barbárie chega ao extremo de despejar a munição militar e paramilitar sobre as favelas urbanas e, também, sobre as aldeias indígenas e sobre as comunidades quilombolas. Enquanto isso, os representantes mais privilegiados das elites nacionais parecem não ter mais como esconder a fuga, para paraísos fiscais, dos frutos de sua mediocridade: as migalhas que conseguem reter, como recompensa, pela atual forma de gestão violenta das marcas trópicas da senilidade do capitalismo.

Uma visita às estatísticas do Banco Central do Brasil pode ser reveladora. Ali, é possível observar que Luxemburgo está longe de ser o principal destino dos recursos orientados para o exterior sob a rubrica de investimentos de empresas tidas como brasileiras fora do país. Quase 60% do volume remetido com a denominação de investimento direto no exterior foi destinado a países bastante peculiares, no período de 2010 a 2019. Do total de 2,9 trilhões de dólares, remetidos sob essa rubrica, em 10 anos, cerca de 1,7 trilhão foi orientado para aplicações nas Ilhas Cayman, Países Baixos, Ilhas Virgens Britânicas, Bahamas e Luxemburgo.

5 maiores destinos	US\$ milhões	%
Ilhas Cayman	555.293,72	19,07%
Países Baixos	376.163,16	12,92%
Ilhas Virgens Britânicas	357.601,26	12,28%
Bahamas	259.519,05	8,91%
Luxemburgo	172.082,32	5,91%
Subtotal	1.720.659,51	59,10%
Outros países	1.190.982,43	40,90%
Total Geral	2.911.641,95	100,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

Visto pela ótica setorial, é possível ver que apenas 20,27% do total remetido como IDE no exterior, no período de 2010 a 2019, foi destinado à agricultura, pecuária e extrativa mineral, 12,54% à indústria e 66,74% aos serviços, em geral.

Distribuição por setor	US\$ milhões	%
Primário	603.407,29	20,72%
Secundário	365.071,49	12,54%
Serviços	1.943.163,17	66,74%
Total Geral	2.911.641,95	100,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

Do total remetido apenas para os serviços, 77,14% correspondeu a operações ditas financeiras, o que também é bastante sugestivo à hipótese de fuga especulativa de boa parte do capital aplicado sob a denominação IDE de empresas tidas como brasileiras no exterior.

Distribuição no setor serviços	US\$ milhões	%
Serviços financeiros e atividades auxiliares e Holdings	1.498.936,26	77,14%
Atividades Imobiliárias	79.328,43	4,08%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria...	93.571,85	4,82%
Comércio, exceto veículos	60.966,32	3,14%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	78.617,19	4,05%
Outros serviços	131.743,12	6,78%
Total Geral	1.943.163,17	100,00%

Fonte: Banco Central do Brasil

Podemos concluir, portanto, que desde o Plano Real os governantes apostaram, ainda mais alto que os governos militares, na armadilha do endividamento público com o argumento de que esta seria a única forma de caminharmos rumo ao primeiro mundo. Os governantes e a mídia proprietária venderam bem a ideia de que os solavancos de 2008 não resultariam em tsunami alguma e que poderíamos continuar surfando nas marolinhas.

Para isso, bastaria manter a austeridade fiscal. Privatizar empresas e serviços públicos e cortar gastos continua até hoje a ser a cantilena preferida dos/as analistas econômicos da imprensa proprietária, dizendo que o governo está gastando mais do que arrecada e, por isso, não consegue cumprir com as metas estabelecidas de superávit primário.

Esta tem sido a tradição subalterna das elites brasileiras. O problema é observar que a trajetória da subalternidade seque consegue prosseguir em suas funções básicas e, com o apelo ao desespero, as chances de perda total da soberania nacional parece alcançar, inclusive, a capacidade de refletir sobre todo esse desastre.

Referências

- ALVES, José Eustáquio Diniz. A balança comercial em 2019 e a especialização regressiva brasileira. Ecodebate. 08 jan. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/01/08/a-balanca-comercial-em-2019-e-a-especializacao-regressiva-brasileira-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso: 09 jan. 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Tabelas Especiais. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- BATICH, M. A Previdência Social sob a Mira dos Fundos de Pensão. In: MARQUES, Rosa Maria, FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea, uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo: Saraiva. 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renata (Orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo: BRASILIENSE, 1982.
- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Séries Temporais. jan. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>. Acesso: 28 fev. 2021.
- BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. El País. 01 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html. Acesso em: 15 jan. 2021.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. A vulnerabilidade econômica do Brasil. Aparecida: Ideias e Letras. 2005.
- CRUZ, Paulo Davidoff. Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: BRASILIENSE, 1984.
- DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil – 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- EVANS, Peter. A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.
- FILGUEIRAS, Luiz Atonio Mattos, GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GOMES, Helder (Org.). Especulação e lucros fictícios. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- MARINI, Ruy Mauro. A dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MATHIAS, Gilberto, SALAMA, Pierre. O Estado super-desenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo. São Paulo: BRASILIENSE, 1983.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: UNICAMP, 2003.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Autoritarismo e crise fiscal no Brasil: 1964-1984. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- Governo Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

- OS 300 DE LUXEMBURGO. Piauí, São Paulo, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/OS-300-DE-LUXEMBURGO/#>. Acesso em: 08 fev. 2021.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1995.
- PRADO JR. Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REGO, José Márcio, MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Formação Econômica do Brasil. São Paulo: SARAIVA, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. De Getúlio à Castelo (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TEIXEIRA, Aloísio. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1993.